Relatório Pilar III

Circular 3.930/2019

1º Trimestre de 2022

Sumário

1. Introdução 2
2. Principais Indicadores 3
3. Modelo de Negócio e Perfil de Riscos 4
   3.1. Declaração de Apetite a Riscos (RAS) 5
   3.2. Dimensões do Apetite a Riscos 5
4. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital 7
   4.1. Governança 7
   4.2. Estrutura de Gerenciamento de Capital 9
      4.2.1. Apuração do Requerimento Mínimo de Capital 10
      4.2.2. Razão de Alavancagem 14
      4.2.3. Suficiência de Capital 15
   4.3. Estrutura de Gerenciamento de Riscos 16
   4.4. Programa de Teste de Estresse 17
   4.5. Comunicação Estruturada de Informações 19
      4.5.1. Cultura de Riscos 19
   4.6. Comitê de Crise 20
5. Riscos: Processos, Mensuração e Controle 20
   5.1. Risco de Crédito 20
      5.1.1. Controle e Acompanhamento 21
      5.1.2. Provisão para Perda Esperada – IFRS9 22
      5.1.3. Limite de Exposição por Cliente – LEC 22
      5.1.4. Detalhamento das Exposições do Risco de Crédito 22
   5.2. Risco de Crédito de Contraparte 26
   5.3. Risco de Mercado 26
      5.3.1. Controle e Acompanhamento 27
      5.3.2. Carteira *Trading* 27
      5.3.3. Carteira *Banking* 28
      5.3.4. Derivativos 30
   5.4. Risco de Liquidez 30
      5.4.1. Controle e Acompanhamento 31
      5.4.2. Comunicação Interna 32
      5.4.3. Plano de Contingência de Liquidez 33
   5.5. Risco de Segurança Cibernética 33
      5.5.1. Definição de Relevância 34
      5.5.2. Comunicação dos incidentes relevantes 34
      5.5.3. Compartilhamento de informações sobre os incidentes relevantes 35
      5.5.4. Controle e Acompanhamento 35
      5.5.5. Comunicação Interna 36
   5.6. Risco de Inconformidade 36
      5.6.1. Controle e Acompanhamento 36
      5.6.2. Comunicação Interna 37
   5.7. Risco de Privacidade 38
   5.8. Risco Operacional 38
      5.8.1. Processo de Gerenciamento 39
      5.8.2. Metodologia de Mensuração 40
      5.8.3. Controle e Acompanhamento 40
   5.9. Gestão de Continuidade dos Negócios 40
   5.10. O Sistema de Controles Internos 41
      5.10.1. Metodologia Aplicada 41
   5.11. Risco Socioambiental 42
      5.11.1. Controle e Acompanhamento 43
   5.12. Risco de Imagem e Reputação 43
      5.12.1. Controle e Acompanhamento 44
6. Anexos 45

1. Introdução

O gerenciamento de riscos corporativos possibilita aos tomadores de decisão a administração eficaz das incertezas inerente aos negócios, bem como os riscos e as oportunidades a elas associadas, a fim de melhorar a capacidade de geração de valor às partes interessadas.

No Mercantil do Brasil (MB), a Gestão dos Riscos e do Capital é parte integrante e fundamental nas atividades da Instituição, suportando os processos de tomada de decisão, visando obter a melhor relação risco/retorno, através da otimização do uso do capital, bem como para a seleção das melhores oportunidades de negócios.

As informações descritas ao longo desse documento visam dar transparência, municiando o público em geral com informações fidedignas, consistentes e tempestivas, respeitando os padrões de Governança Corporativa.

Este relatório contempla as informações requeridas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) por meio da Circular no 3.930/2019 e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) através das Resoluções nºs 4.557/2017 e 4.745/2019, que dispõem sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações.

O presente documento é peça complementar às demais informações financeiras divulgadas pela Instituição, disponíveis no site do Mercantil do Brasil, na área de Relações com Investidores.

2. Principais Indicadores

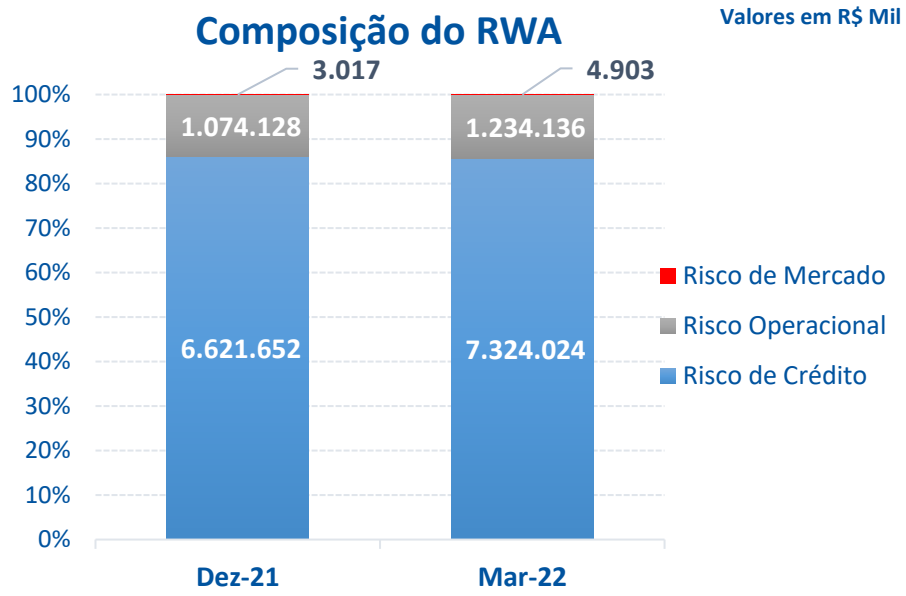
Para a data-base de 31 de março de 2022, o Mercantil do Brasil se mostrou alinhado aos limites prudenciais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e dentro das diretrizes de risco estabelecidas pelo Conselho de Administração, conforme demonstrado a seguir:

Índice de Basileia	Índice Nivel I	Índice Capital Principal
14,0%	11,6%	11,0%

Razão de Alavancagem	RWA Total[1]	Patrimônio de Referência[1]
7,5%	R$ 8.563.063	R$ 1.195.509

[1]Valores em R$ Mil

O risco das atividades de Instituições Financeiras é representado pela apuração dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). No primeiro trimestre de 2022, as parcelas que compõem o RWA possuíam a seguinte exposição:



3. Modelo de Negócio e Perfil de Riscos

O Mercantil do Brasil é uma instituição financeira de varejo com quase 80 anos de mercado e uma trajetória sólida no sistema financeiro. Com o propósito de "Ser o Banco que você escolhe e confia: simples e próximo", posiciona-se hoje como o "melhor banco para o público 50+", investindo em novas iniciativas digitais e oportunidades de negócios que visam acelerar o crescimento da base de clientes beneficiários INSS, segmento que se especializou no relacionamento desde o primeiro leilão da folha INSS, em 2009. Desde então, é o licitante mais competitivo, sendo o 6º maior pagador de benefícios do INSS.

Possui mais de 4 milhões de clientes, dos quais 79% é constituído pelo público 50+ e para o qual busca ser reconhecido como o melhor ecossistema financeiro. O plano de atuação considera uma abordagem focada no público 50+ e segmentada em diversos canais de atuação, cada qual com objetivos bem definidos de prospecção, produtos e aspectos quantitativos e qualitativos relativos ao nível de excelência no atendimento e investimentos em tecnologia e melhoria de processos.

O Mercantil do Brasil possui um portfólio completo de produtos e serviços em crédito, investimentos, cartões e seguros, ofertados de forma diferenciada e aderente a cada público-alvo, com base em técnicas de *data analytic*s, modelos de propensão a compra, que proporcionam adoção de *clusters* de vendas com abordagens em multicanais, gerando alto índice de conversão e fidelização de clientes.

Com canais de relacionamento diversificados, físicos e digitais, o MB visa proporcionar um relacionamento *omnichannel*, mediante investimento em inovação e aceleração da transformação digital.

A busca por níveis mais elevados de eficiência comercial e operacional também é foco permanente de atuação mediante a revisão, simplificação e a automatização de processos, bem como a gestão rigorosa de despesas. Práticas ágeis auxiliam a atingir resultados expressivos e aproximar as áreas da organização. Isso garante o alinhamento com as diretrizes estratégicas, acompanhamento financeiro próximo, e a presença dos times especializados em processos e experiência do cliente, em uma cultura ágil e digital.

3.1. Declaração de Apetite a Riscos (RAS)

Para alcançar seus objetivos estratégicos, a Instituição assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária e, para isso, define os níveis aceitáveis de riscos que deseja incorrer, mantendo controles para sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação.

A definição dos limites de apetite e tolerância ao risco é baseada em critérios objetivos, sempre em conformidade com as diretrizes estratégicas da Instituição estabelecidos pelo Conselho de Administração, podendo serem citados a regulação vigente – a qual determina patamares mínimos ou máximos –, critérios estatísticos calculados usando dados históricos, correlações entre indicadores ou sua sensibilidade aos cenários de estresse.

A Declaração de Apetite a Riscos (RAS) é a base de comunicação dos riscos admitidos para o cumprimento dos objetivos estratégicos junto à Diretoria e gestores responsáveis, para que estes sejam capazes de avaliar e administrar os riscos, na condução diária do negócio, respeitando os limites estabelecidos.

O acompanhamento do apetite se dá por meio de painéis de controle, alertas periódicos e relatórios de gerenciamento de riscos e de acompanhamento da performance da Instituição, em que os níveis da governança são informados quanto às exposições a riscos, a utilização dos limites vigentes e a necessidade de acionamento de planos de ação para correção dos desvios de metas.

3.2. Dimensões do Apetite a Riscos

O Mercantil do Brasil estabeleceu uma relação com a estratégia definida e seu desdobramento, resultando em métricas quantitativas ou qualitativas para tipos ou dimensões de risco, quais sejam, Estratégia, Solvência, Liquidez, Mercado, Operacional, Crédito, Tecnologia, Imagem e Socioambiental.

Solvência: Manter um nível adequado de Capital para fazer face a perdas inesperadas, situações de estresse e oportunidades de negócios, em atendimento às exigências regulatórias e garantindo a solidez e perpetuidade da Instituição.

Estratégia: "Ser o banco que você escolhe e confia: simples e próximo". A partir desse propósito maior e baseado em seus valores, o MB se posicionou em "ser o melhor banco para o público 50+". Paralelo a isso, busca remunerar seu capital de forma sustentável, atendendo à expectativa

de seus acionistas em relação aos riscos assumidos em seus negócios. A Instituição zela pelo crescimento sustentável de seus negócios e resultados, baseado em um ambiente tecnológico com portfólio completo de produtos e serviços, e excelência na experiência do cliente.

Crédito: O Mercantil do Brasil atua com foco no crédito massificado para pessoas físicas beneficiárias do INSS, garantindo uma carteira pulverizada, rentável e com produtos vinculados ao recebimento do benefício. Restrição ao crédito de elevados volumes e concentração.

Tecnologia: Garantir infraestrutura tecnológica para atender às demandas do cliente e do negócio, com foco na transformação digital. Buscar inovação tecnológica no desenvolvimento de otimizações e novas soluções digitais focando em eficiência, segurança e experiência do usuário. Segurança da informação e cyber, ambiente estável e seguro, acesso aos canais de relacionamento e ferramentas de gestão de desempenho são os pilares de gerenciamento dessa dimensão.

Liquidez: Manter os níveis de liquidez dentro dos limites tradicionalmente confortáveis a partir de captações com perfil predominantemente pulverizado, estável e de baixos custos, possibilitada por uma ampla rede de atendimento. Ademais, a Instituição busca garantir uma estrutura de Caixa compatível com o porte das suas obrigações e protegendo-se de cenários adversos.

Mercado: Alinhar as exposições às diretrizes estratégicas, garantindo exposição adequada ao risco de variação nas taxas de juros e câmbio, inerentes à atividade bancária. A Instituição monitora diariamente as oscilações de preços e taxas dos instrumentos financeiros, a fim de identificar possíveis perdas financeiras, considerando que as operações ativas e passivas apresentam descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Operacional: Mitigar os riscos operacionais, incluindo o legal, oriundos de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, por meio de um ambiente de controles eficiente. A exposição ao risco operacional é gerenciada por meio de um processo de identificação e gestão de riscos e controles, além da evolução das perdas operacionais por evento. Eventos de perdas operacionais são passíveis de ocorrer considerando o expressivo volume de atividades e operações realizadas, cabendo à Instituição seu monitoramento, mitigação e atuação nas causas-raiz de eventos de perda.

Imagem: A imagem pública e reputação positivas são ativos cuidadosamente construídos, ao longo dos anos, por comportamentos pautados pela ética e pelos valores que os sustentam. O gerenciamento do Risco de Imagem e Reputação no Mercantil do Brasil tem como objetivo alinhar os processos existentes por toda a Instituição, prevendo ações para mitigar os potenciais geradores de risco de imagem, bem como uso de ferramentas e reportes que possam mensurar e consolidar a exposição ao risco. As políticas e práticas de bom atendimento estão aliadas à gestão responsável da imagem corporativa, por meio de ações consolidadas de relacionamento com públicos sensíveis como imprensa, investidores e clientes, bem como políticas de comunicação consistentes e alinhadas à identidade e aos valores da Instituição.

Socioambiental: O Mercantil do Brasil apoia apenas atividades cuja avaliação aponte para riscos baixos ou devidamente controlados por meio de ações preventivas e mitigatórias. As fontes de riscos socioambientais identificadas são continuamente monitoradas, controladas e reportadas, assegurando sua baixa exposição.

4. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

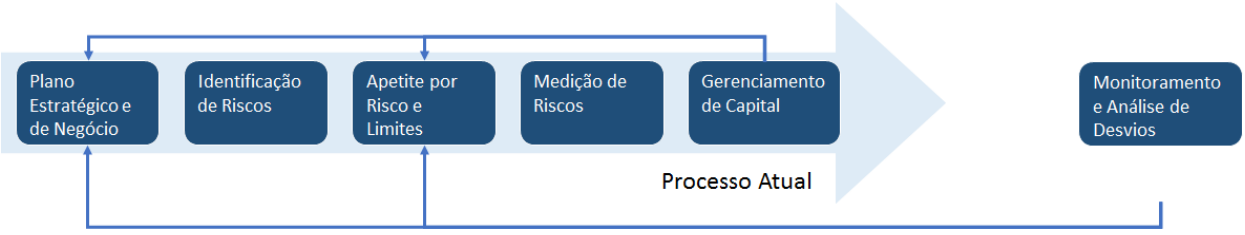
4.1. Governança

A Resolução nº 4.557/2017 do CMN, alterada posteriormente pela Resolução 4.745/2019 promoveram o aprimoramento dos requisitos de gestão, estabelecendo maior alinhamento da regulação doméstica às recomendações internacionais. Nas resoluções, a Governança Corporativa recebeu destaque como fator relevante para a solidez do mercado financeiro e atribuiu responsabilidades aos órgãos estratégicos como, por exemplo, o Conselho de Administração e os Comitês de Riscos e Auditoria.

Governança Corporativa pode ser entendida como o sistema pelo qual as Instituições são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes relacionadas, contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum.

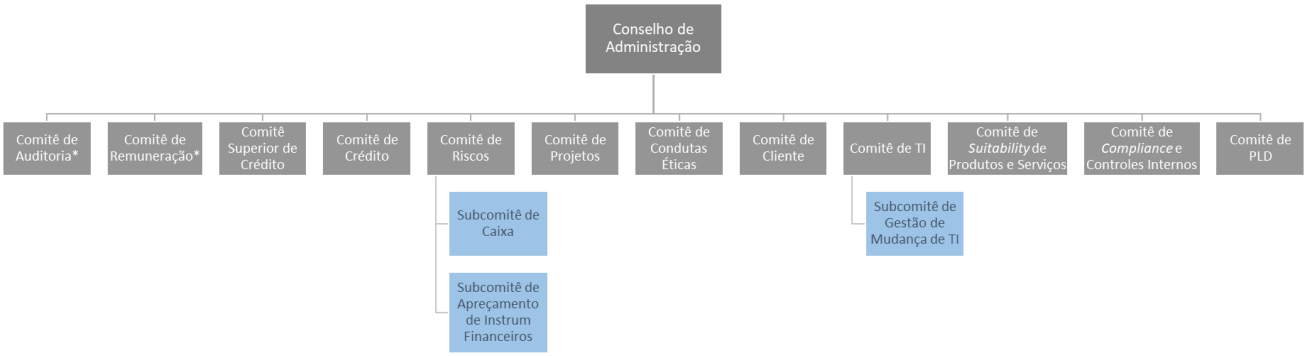
A Governança Corporativa do Mercantil do Brasil conta com a participação de todos os seus níveis hierárquicos, prezando pela segregação de funções, ao mesmo tempo em que buscam proporcionar sinergia entre as unidades. A Governança determina, por meio da estrutura de gerenciamento dos

Riscos e de Capital, os papéis e responsabilidades para a definição do Apetite por Risco, sua forma de acompanhamento e controle.



Tudo isso, tendo por finalidade otimizar o desempenho da Instituição e proteger as partes interessadas, bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor para Instituição e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento e prestação de contas. Este arcabouço atende as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

O Mercantil do Brasil tem em seu modelo corporativo a tomada de decisão de forma colegiada, em que o gerenciamento dos Riscos e do Capital são constantemente monitorados pela Estrutura Corporativa de Comitês, sendo devidamente suportada pela estrutura de gerenciamento integrado de Riscos e de Capital, bem como demais áreas envolvidas na gestão da estratégia e do desempenho.



Nesta estrutura, destacam-se os Comitê de Riscos, subordinando os Subcomitês de Caixa e de Apreçamento de Instrumentos Financeiros, e o Comitê de Auditoria, cujo objetivo principal é avaliar o arcabouço de gerenciamento dos Riscos e Capital da Instituição e, eventualmente, propor

aperfeiçoamentos. Ambos assessoram o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições e na gestão e controle dos riscos, do Capital, controles internos e *compliance*.

A adoção de uma visão holística de Governança, Riscos, Capital e *Compliance*, tem como principais premissas i) o uso de princípios comuns através de uma estrutura abrangente que suporte a interligação dos processos; ii) a convergência para um modelo de trabalho otimizado, que evite gastos com controles redundantes, com conflitos na tomada de decisão e facilite o alinhamento estratégicos dos negócios e enfrentamento dos desafios corporativos; iii) capacidade de identificar e gerenciar riscos com maior rapidez; iv) promoção de maior sinergia no gerenciamento dos riscos e maior integração com a estratégia da Instituição.

4.2. Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital se dá através do processo contínuo de (i) monitoramento e controle do Capital mantido pela instituição, (ii) avaliação da necessidade de Capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, e (iii) planejamento de metas e de necessidade de Capital, em conformidade com os objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital do Mercantil do Brasil está em conformidade com a legislação vigente, sendo:

i. Compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações, a complexidade dos produtos, serviços oferecidos, das atividades e processos da Instituição;

ii. Proporcional à a dimensão e à relevância da exposição a riscos;

iii. Adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da Instituição – que de acordo com a Resolução CMN nº 4.553/2017 o Mercantil do Brasil enquadra-se no segmento S3;

iv. Capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a instituição atua.

A Instituição faz o gerenciamento da sua estrutura de capital por meio dos mecanismos e procedimentos formalizados em sua Política Institucional de Gerenciamento de Capital, mantendo o Capital compatível com os riscos incorridos. A Instituição possui ainda os seguintes instrumentos que contribuem para o gerenciamento contínuo do capital:

- Políticas e estratégias para o gerenciamento do capital que estabeleçam procedimentos destinados a manter o PR, Nível I e Capital Principal em níveis compatíveis com os riscos incorridos e com o requerimento mínimo regulamentar;
- Sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento do capital;
- Avaliação dos impactos no Capital dos resultados do programa de testes de estresse;
- Plano de Capital;
- Plano de Contingência de Capital;
- Relatórios gerenciais tempestivos para a diretoria da Instituição, Comitê de Riscos e Conselho de Administração.

No contexto do Gerenciamento de Capital, é elaborado o Plano de Capital e tem como objetivo garantir a manutenção de um nível adequado e sustentável de capital. Compreendendo:

- Metas e projeções de Capital para o período de 5 anos;
- Principais fontes de Capital disponíveis;
- Política de Distribuição de Resultados.

Para a elaboração das projeções plurianuais, são considerados:

i. Ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios traduzidos nas projeções das operações de crédito;
ii. Projeções dos valores de ativos e passivos, bem como das receitas e despesas;
iii. Metas de crescimento ou participação no mercado;
iv. Política de Distribuição de resultados;
v. Os termos da RAS – Declaração de Apetite ao Risco.

4.2.1. Apuração do Requerimento Mínimo de Capital

A apuração do requerimento mínimo de capital é feita por meio de procedimentos independentes para cada conceito de Capital (Capital Principal, Nível I e PR). O Mercantil do Brasil adota, como indicadores do grau de capitalização, os Índices do PR, Nível I e Capital Principal, correspondentes aos requerimentos mínimos de Capital implantados pelas regras de Basileia III. Para cada índice, considera-se a relação entre o Capital disponível em cada nível e a exposição dos ativos ponderada ao risco, conforme fórmula geral:

$$\textbf{Índice PR} = \textbf{PR} / \textbf{RWA} * 100$$

O PR (Patrimônio de Referência) é composto do Nível I – o qual consiste do somatório do Capital Principal e Capital Complementar – e Nível II. A exposição ao risco, ou ativos ponderados pelo risco (RWA), dispõe-se em três parcelas conforme sua natureza:

A metodologia de cálculo adotada para cada parcela atende às respectivas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil, descritas nas Políticas Institucionais de Gerenciamento do Risco de Crédito, do Risco de Mercado e do Risco Operacional.

A Instituição mantém ainda capital disponível para perdas não esperadas, que corresponde à parcela adicional (IRRBB) para cobertura de risco de mercado (variação nas taxas de juros) das operações classificadas na Carteira Banking – relativa à ativos estruturais (carteira de crédito) não disponíveis para venda ou negociação.

O valor da parcela IRRBB deverá ser necessariamente menor que a diferença entre o valor do PR (Patrimônio de Referência) e o valor do Requerimento Mínimo para RWA (Ativos Ponderados pelo Risco).

Tabela OV1 - Visão geral dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA:

		RWA		Requerimento mínimo de PR [3]
		a	b	c
R$ mil		Mar-22	Dez-21	Mar-22
0	**Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada**	**7.324.024**	**6.621.652**	**585.922**
2	Risco de crédito em sentido estrito[1]	7.161.198	6.475.898	572.896
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	8.388	9.765	671
7	Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)		-	-
7a	Do qual: mediante uso da abordagem CEM	8.161	9.475	653
9	Do qual: mediante demais abordagens	227	290	18
10	Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	5.622	6.529	450
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	122.924	103.872	9.834
13	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
14	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não	-	-	-
16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	25.891	25.588	2.071
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR		-	-
20	**Risco de mercado[2]**	**4.903**	**3.017**	**392**
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada	4.903	3.017	392
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno		-	-
24	**Risco operacional**	**1.234.136**	**1.074.128**	**98.731**
27	**Total (2+6+10+12+13+14+16+25+20+24)**	**8.563.063**	**7.698.797**	**685.045**

[1] Não contempla operações de Risco de Crédito de Contraparte

[2] Composto pelo máximo entre 80% do modelo padronizado (RWA_{MPAD}) e modelo interno (RWA_{MINT}), conforme Circulares nº 3.646 e nº 3.674.

[3] Conforme definido na Resolução nº 4.193/13, art. 4.

Além dos indicadores, são calculadas as respectivas Margens de Capital para cada nível, as quais representam o capital disponível após a aplicação de todas as regras para cálculo do requerimento. As projeções de Capital, constantes do Plano de Capital, são realizadas a partir da expectativa de crescimento dos ativos ponderados pelo risco (RWA), em relação à evolução dos níveis de capitalização, PR – Patrimônio de Referência, seja ela "orgânica" – por meio dos resultados projetados – ou por demais fontes de Capital disponíveis.

A tabela KM1 a seguir apresenta as principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial, tais como capital regulamentar e razão de alavancagem.

Tabela KM1 - Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais

	R$ mil	Mar-22	Dez-21	Set-21	Jun-21	Mar-21
	Capital regulamentar - valores					
1	Capital Principal	941.547	820.423	884.560	835.983	791.668
2	Nível I	988.904	868.274	931.772	883.344	838.864
3	Patrimônio de Referência - PR	1.195.509	1.064.835	1.158.438	1.119.377	1.083.545
3b	Excesso dos recursos aplicados no ativo	-	-	-	-	-
3c	Destaque do PR	-	-	-	-	-
	Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores					
4	RWA total	8.563.063	7.698.797	7.259.895	6.812.512	6.463.065
	Capital regulamentar como proporção do RWA					
5	Índice de Capital Principal - ICP	11,00%	10,7%	12,2%	12,3%	12,3%
6	Índice de Nível 1	11,55%	11,3%	12,8%	13,0%	13,0%
7	Índice de Basileia	13,96%	13,8%	16,0%	16,4%	16,8%
	Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
8	$ACP_{Conservação}$	2,000%	2,000%	1,625%	1,625%	1,250%
9	$ACP_{Contracíclico}$	0,00%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
10	$ACP_{Sistêmico}$	0,00%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
11	ACP total	2,000%	2,000%	1,625%	1,625%	1,250%
12	Margem excedente de Capital Principal	59,07%	57,8%	63,1%	63,3%	63,3%
	Razão de Alavancagem (RA)					
13	Exposição total	13.221.695	12.615.107	12.202.515	11.756.211	10.944.199
14	RA	7,47%	6,88%	7,63%	7,51%	7,66%

4.2.2. Razão de Alavancagem

A razão de alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular 3.748/2015 do Banco Central. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo desconsidera fatores de ponderação de risco (FPR) ou mitigações.

Tabela LR1 - Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA):

			R$ mil
			a
1	Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas		12.570.176
2	Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	-	239.383
1+2	Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas.		12.330.793
4	Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos		6.398
5	Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos		600.227
6	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial		284.277
7	Outros ajustes		
8	**Exposição Total**		**13.221.695**

	R$ mil	Mar-22	Dez-21
	Itens Contabilizados no Balanço Patrimonial		
1	Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	12.570.176	12.283.516
2	Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(239.383)	(309.223)
3	**Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial**	**12.330.793**	**11.974.293**
	Operações com instrumentos financeiros derivativos		
4	Valor de reposição em operações com derivativos	-	-
5	Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	6.398	5.961
7	Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
8	Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transações	-	-
9	Valor de referência dos derivativos de crédito	-	-
10	Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito	-	-
11	**Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros**	**6.398**	**5.961**
	Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários		
12	Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM	600.000	328.004
13	Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo	-	-
14	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR)	227	290
15	Valor relativo ao CCR em operações de intermediação	-	-
16	**Total das exposições relativas a operações compromissadas e de**	**600.227**	**328.294**
	Itens não contabilizados no balanço patrimonial		
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial	1.176.739	1.281.364
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço patrimonial	(892.462)	(974.805)
19	**Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial**	**284.277**	**306.559**
	Capital e Exposição Total		
20	Nível I	988.904	868.274
21	Exposição Total	13.221.695	12.615.107
	Razão de Alavancagem (RA)		
22	**Razão de Alavancagem**	**7,47%**	**6,88%**

4.2.3. Suficiência de Capital

A avaliação da suficiência de capital é realizada para assegurar que a Instituição mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. O gerenciamento do Capital está alinhado às diretrizes estratégicas e considera uma visão prospectiva, antecipando possíveis mudanças nas condições do ambiente econômico e comercial em que atua. A suficiência de capital da Instituição é demonstrada mediante a apuração dos Índices de Basileia para os períodos futuros, a fim de suportar o crescimento dos negócios.

4.3. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A Instituição adota uma abordagem integrada para gerenciamento de Riscos e Capital, que tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada. Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são independência da função de riscos em relação a área de negócios e total envolvimento da Alta Administração nas tomadas de decisão.

A gestão dos Riscos considera tanto os riscos endógenos quanto os exógenos (fornecedores e prestadores de serviços, por exemplo), com avaliações dinâmicas sob uma ótica predominante de antecipação, a fim de estimar e atuar na evolução dos riscos em diferentes cenários e horizonte temporal, de forma preventiva.

Isto é feito por meio de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração, a consolidação e análise dos valores em risco. Para tanto, a atuação da Instituição é realizada por meio de três Linhas de Defesa, de forma que todos contribuam para assegurar que os objetivos especificados sejam alcançados e para minimizar o risco de erros e exposição a vulnerabilidades.

A Primeira Linha de Defesa é constituída pelos gestores e áreas técnicas responsáveis pela entrega de produtos e serviços aos clientes e pela operacionalização dos processos, atuando de forma constante no monitoramento e proposição de controles adequados para gestão de seus próprios riscos.

As funções da Segunda Linha de Defesa são executadas de forma coesa e coordenada pelas áreas de gerenciamento de riscos, conformidade, controles internos e segurança da informação que, juntamente a Comitês especialistas, atuam na gestão dos riscos, da conformidade e de controles da Instituição, permitindo o acompanhamento e avaliação das atividades, além de recomendações necessárias à primeira linha.

Já a Terceira Linha de Defesa, constituída pela Auditoria Interna, atua de forma independente provendo avaliações e assessoria sobre a adequação e a eficácia da governança corporativa e do gerenciamento da conformidade, de riscos e de controles internos, realizando testes de controles a fim de garantir a efetividade da atuação das demais linhas no alcance dos seus objetivos.

Compõem a Estrutura de Gerenciamento de Riscos sistemas, rotinas, procedimentos e modelos que possibilitam identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação dos riscos relevantes aos quais o Mercantil do Brasil está exposto, inclusive simulações em condições normais e de estresse.

Os modelos de Gerenciamento de Riscos são documentados de forma padronizada, íntegra, abrangente e com nível de detalhamento necessário para o completo entendimento da Alta Administração e áreas envolvidas.

Os relatórios gerados a partir dos modelos de Riscos são divulgados, conforme sua natureza e periodicidade, e apresentam informações qualitativas e quantitativas sobre os resultados apurados de forma a subsidiar a tomada de decisão do Comitês de Riscos e Executivo na condução dos negócios da Instituição.

4.4. Programa de Teste de Estresse

O Programa de Testes de Estresse do Mercantil do Brasil está alinhado à estratégia de negócios e segue as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos e pela Diretoria. O

Programa de Testes de Estresse identifica e reconhece o inter-relacionamento dos diversos tipos de riscos, abrangendo os riscos aos quais a Instituição está exposta de maneira relevante.

Os resultados obtidos com a realização dos testes de estresse são utilizados na mensuração, na avaliação, no monitoramento, no controle e na mitigação dos riscos da Instituição e incorporados:

- Nas decisões estratégicas da Instituição;
- Na revisão dos níveis de apetite por riscos (RAS);
- Na revisão das Políticas, estratégias e limites estabelecidos para gerenciamento de riscos e capital;
- Na avaliação dos níveis de capital e de liquidez da Instituição e na elaboração dos respectivos planos de contingência;
- Na avaliação da adequação de capital.

Considerando que um único modelo não é capaz de demonstrar os diferentes riscos a que o Mercantil do Brasil estaria exposto, foram desenvolvidas duas abordagens de teste de estresse: Análise de Cenário e Análise de Sensibilidade.

A **análise de sensibilidade** demonstra qual o impacto no nível de capitalização ou liquidez da Instituição dada a variação de um componente, considerando-se todos os demais itens constantes, em uma data base.

A **análise de cenário** considera o impacto de uma alteração nas condições econômicas no desempenho da Instituição. Aplica-se a análise de cenários nas projeções orçamentárias anuais, alterando-se um ou mais parâmetros como taxas de juros e inadimplência, e mantendo-se as demais premissas definidas originalmente.

As análises de cenários são geradas trimestralmente a partir de variações em certos parâmetros econômico-financeiros a fim de calcular seu impacto nos níveis de Capital, Liquidez e Rentabilidade. Dentre tais parâmetros, podemos citar o nível de inadimplência e cenários adversos na curva de juros. O orçamento corrente é reprojetado então para cada cenário, sensibilizando o resultado e os índices de capital.

4.5. Comunicação Estruturada de Informações

A gestão efetiva de Riscos e Capital se baseia principalmente no desenvolvimento de uma cultura organizacional no sentido de conscientizar a todos sobre importância do seu papel na prevenção e mitigação de riscos. Este processo de comunicação tem início com a incorporação do apetite ao processo orçamentário anual, base para o monitoramento dos mesmos, e tem continuidade no desdobramento em relatórios de controle de Riscos e de Capital junto às áreas responsáveis.

No Mercantil do Brasil as ações de aculturamento de riscos objetivam manter os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos, causas e discursos da Instituição. Dessa maneira, são estabelecidas e estimuladas condutas que vão de encontro ao que a empresa prega. A Instituição tem como prática a comunicação de informações sobre Riscos e Capital por meio de reportes com periodicidades específicas aos envolvidos nos processos e a Alta Administração, o que reforça o monitoramento tempestivo das informações que subsidiam as decisões corporativas.

4.5.1. Cultura de Riscos

Visando a fortalecer os valores e alinhar o comportamento dos colaboradores do Mercantil do Brasil com as diretrizes estabelecidas para gerenciamento de Riscos, a Instituição adota diversas iniciativas para disseminar e fortalecer a Cultura de Risco, que é baseada em quatro princípios: a tomada consciente de Riscos, a discussão e a ação sobre os Riscos e a responsabilidade de todos pela gestão dos Riscos. Complementarmente às Políticas, procedimentos e processos de gerenciamento de Riscos, a Cultura de Riscos fortalece a responsabilidade individual e coletiva dos colaboradores no entendimento, identificação, mensuração, monitoramento e mitigação dos riscos inerentes às suas atividades, respeitando de maneira ética a gestão dos negócios.

A Instituição promove a Cultura de Riscos, enfatizando o comportamento que irá ajudar as pessoas em qualquer nível da Instituição a assumir e gerenciar os riscos conscientemente. Com esses princípios disseminados, há um incentivo para que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendo-se dentro dos níveis determinados pelo apetite de risco, e para que cada colaborador, independentemente de sua posição, área ou função, também assuma a responsabilidade pela gestão dos riscos de suas atividades.

O Mercantil do Brasil também disponibiliza canais para comunicar falhas operacionais, fraude interna ou externa, conflitos no ambiente de trabalho ou casos que possam prejudicar os clientes ou ocasionar transtornos e/ou prejuízo para a instituição. Todos os colaboradores e terceiros têm a

responsabilidade de comunicar os problemas imediatamente, assim que tomarem conhecimento da situação.

4.6. Comitê de Crise

A figura do Comitê de Crise constitui uma ferramenta consolidada no âmbito da gestão de eventos adversos no Mercantil do Brasil. O processo ordenado de identificação de potenciais crises é uma rotina incorporada à gestão dos riscos na Instituição.

O Comitê de Crise centraliza o diagnóstico, o entendimento da situação e sincroniza as ações a serem executadas. Cabe ao Comitê a responsabilidade pela proposição e pelo gerenciamento de ações tempestivas para equacionar situações adversas. Estabelece ainda, ações para a manutenção da continuidade das demais operações não afetadas pela crise e promove reuniões frequentes até que seja restabelecida a situação de normalidade.

5. Riscos: Processos, Mensuração e Controle

A gestão dos Riscos no Mercantil do Brasil está subordinada à Diretoria de Riscos e *Compliance*, cabendo responsabilidades, também, ao Conselho de Administração, aos Comitês de Auditoria, Diretivo, Executivo e de Riscos.

5.1. Risco de Crédito

De acordo com a Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/2019, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

I - Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
II - Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
III - reestruturação de instrumentos financeiros; ou
IV - Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

No Mercantil do Brasil, o Risco de Crédito é gerenciado por políticas, processos, procedimentos e sistemas condizentes com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e

serviços oferecidos. Sendo assim, a estrutura implementada é proporcional à dimensão da exposição ao risco da instituição, permitindo embasar decisões com grande agilidade e adequado grau de confiança.

5.1.1. Controle e Acompanhamento

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente, adotando aspectos quantitativos baseados na situação econômica, financeira, patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais. A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Conglomerado é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos, estando todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito no MB contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, do seus níveis de inadimplência, da rentabilidade dos produtos, da qualidade da carteira e da adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, etc. Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o MB está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Instituição tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

Anualmente, a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito é revisada e submetida à aprovação pelo Conselho de Administração, em conformidade com a legislação vigente. A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o

processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

5.1.2. Provisão para Perda Esperada – IFRS9

O Mercantil do Brasil, em conformidade com as demonstrações financeiras no padrão contábil internacional IFRS9, desenvolveu metodologia própria para cálculo da perda esperada, utilizando técnicas estatísticas robustas e aderentes à carteira de crédito. Este modelo passa por diversos testes de significância e capacidade explicativa para previsão do percentual de perda dos contratos de crédito, bem como por inspeções de auditores interno e externo, garantindo que a estimativa de perda está condizente com o perfil de risco da carteira da instituição.

5.1.3. Limite de Exposição por Cliente – LEC

Os Limites de Exposição por Cliente (LEC), determinados pela Resolução CMN nº 4.677/2018, são estabelecidos para impedir que haja concentração excessiva do volume de concessões em um único Cliente, ou Grupo Econômico, em relação à Carteira de Crédito da Instituição. A principal finalidade de restringir a exposição individual é evitar que mudanças nas condições de um número pequeno de Clientes influenciem significativamente na solvência do Mercantil do Brasil.

Para que os limites operacionais estabelecidos sejam atendidos, o Mercantil do Brasil conta com alertas e travas automáticas no processo de concessão que são acionadas quando um percentual específico de concentração é atingido.

5.1.4. Detalhamento das Exposições do Risco de Crédito

Abaixo, são detalhadas a qualidade das exposições sujeitas ao risco de crédito relativas apenas às operações de crédito, aos títulos de dívida e às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial.

Tabela CR1 - Qualidade creditícia das exposições:

Mar-22		a	b	c	g
R$ mil		Exposições em curso anormal	Exposições em curso normal	Provisão	Valor líquido
1	Concessão de Crédito	781.731	9.696.705	527.351	9.951.085
2	Títulos de Dívida	8.346	746.908	8.499	746.755
2a	dos quais: títulos soberanos	-	681.325	-	681.325
2b	dos quais: outros títulos	8.346	65.583	8.499	65.430
3	Operações não contabilizadas no	29.448	1.149.538	2.247	1.176.739
4	**Total**	**819.525**	**11.593.151**	**538.097**	**11.874.579**

Exposições Brutas são as exposições antes da aplicação dos Fatores de Conversão a Crédito (FCC) e antes da dedução de sua provisão (PDD), sendo que uma operação é considerada em Curso Anormal quando seu atraso é superior a 90 dias.

Mudanças no estoque de operações em curso anormal entre dois períodos, considerando as operações reportadas na tabela acima, são detalhadas na tabela CR2.

Tabela CR2 - Mudanças no estoque de operações em curso anormal:

			R$ mil
Movimento			Valor
1	Operações em curso anormal no final do período anterior		730.885
2	Passaram a ser classificadas como em curso anormal		149.337
3	Reclassificadas para curso normal	-	2.914
4	Baixa por prejuízo	-	94.484
5	Outros ajustes		36.701
6	Operações em curso anormal no final do período corrente		819.525

Adicionalmente, informações sobre a qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1, são demonstradas nas tabelas CRB de “a” – “e”.

Tabelas CRBa - Detalhamento do total das exposições por região geográfica, por setor econômico e por prazo remanescente de vencimento:

	R$ mil
Detalhamento do Total das Exposições por Região Geográfica no Brasil	
Sudeste	10.303.634
Nordeste	472.092
Centro-Oeste	992.948
Sul	52.041
Norte	53.865
Total Geral	**11.874.579**

Detalhamento do Total das Exposições por Setor Econômico	R$ mil
Pessoa Física	**9.325.111**
Pessoa Jurídica	**2.549.468**
Atividades Financeiras, de Seguro e Serviços relacionados	193.493
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	681.325
Construção Civil	264.207
Prestação de Serviços	173.653
Siderurgia	126.714
Biocombustíveis e Açúcar	80.372
Transporte de Passageiros, exceto Aviação Civil	62.979
Alimentos	52.968
Transporte de Carga e Logística	49.165
Educação	34.710
Bebidas	33.213
Comércio Varejista	30.768
Distribuição de Combustíveis	17.635
Bens de Capital	15.988
Comunicação	15.572
Outros	716.706
Total Geral	**11.874.579**

Detalhamento do Total das Exposições por Prazo Remanescente de Vencimento	R$ mil
Até 6 meses	2.299.819
Acima de 6 meses até 1 ano	704.116
Acima de 1 ano até 5 anos	3.762.261
Acima de 5 anos	5.108.383
Total Geral	**11.874.579**

Tabelas CRBb - Total das operações em curso anormal segregado por região geográfica no brasil e por setor econômico:

Operações em Curso Anormal Segregado por Região Geográfica no Brasil	Exposição *(Valor Bruto)*	Provisão	Baixa para Prejuízo
			R$ mil
Sudeste	779.547	440.972	89.894
Nordeste	16.219	8.570	2.914
Centro-Oeste	19.473	14.462	1.254
Sul	3.144	817	295
Norte	1.142	342	127
Total Geral	**819.525**	**465.163**	**94.484**

R$ mil

Operações em Curso Anormal Segregado por Setor Econômico	Exposição *(Valor Bruto)*	Provisão	Baixa para Prejuízo
Pessoa Física	**415.167**	**246.914**	**91.681**
Pessoa Jurídica	**404.357**	**218.249**	**2.803**
Siderurgia	123.029	121.287	1
Biocombustíveis e Açúcar	75.580	7.536	-
Construção Civil	64.516	24.377	-
Transporte de Passageiros, exceto Aviação Civil	43.003	17.452	-
Bebidas	15.395	7.233	345
Transporte de Carga e Logística	12.609	7.872	65
Entretenimento, Esporte e Cultura	9.861	2.996	7
Editorial e Gráfica	8.232	2.891	-
Comunicação	16.058	14.384	-
Prestação de Serviços	7.037	2.693	22
Saúde Humana e Serviços Sociais	6.080	3.322	1.623
Higiene, Comésticos e Limpeza	4.015	1.201	12
Mineração	2.941	721	-
Alimentos	2.217	683	2
Equipamentos de Informática, produtos eletrônicos e ópticos	1.729	83	-
Outros	12.055	3.520	726
Total Geral	**819.525**	**465.163**	**94.484**

Tabela CRBc - Total das exposições em atraso segmentadas por faixas de atraso:

R$ mil

Total das Exposições (*Valor Líquido*) Segmentadas por Faixas de Atraso	
Atraso menor que 30 dias	160.205
Atraso entre 31 e 90 dias	122.252
Atraso entre 91 e 180 dias	83.483
Atraso entre 181 e 365 dias	24.439
Atraso maior que 365 dias	-
Total Geral	**390.379**

Tabela CRBd - Segregação do total das exposições reestruturadas:

R$ mil

Total das Exposições (*Valor Líquido*) Reestruturadas por Curso das Operações	
Curso Anormal	71.339
Curso Normal	-
Total Geral	**71.339**

Tabela CRBe – Concentração:

Percentual de Concentração das 10 e 100 maiores Exposições	
10 Maiores	5%
100 Maiores	10%

5.2. Risco de Crédito de Contraparte

O Mercantil do Brasil mantém processos definidos de controle sobre a exposição potencial futura das operações onde existe o risco de crédito de contraparte, representada pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento de obrigações relativas a liquidação de ativos financeiros, instrumentos financeiros de derivativos e operações a liquidar com as contrapartes centrais (CCPs). Como instrumentos mitigadores o Mercantil do Brasil utiliza depósitos de margem de garantia, acordos de compensação definidos pela Resolução do CMN 3.263/2005 e outros instrumentos de garantia disponíveis.

A gestão do Risco de Crédito da Contraparte abrange os processos de concessão, monitoramento e consumo de limites concedidos, apurando o valor justo da carteira de derivativos e o valor de reposição acrescido da exposição potencial futura. Para as posições a liquidar com as contrapartes centrais (CCPs) utiliza-se a aplicação do Fator de Conversão de Crédito de acordo com a Circular Bacen 3.644/2013.

Atendendo a Circular Bacen 3.904/2018, o Mercantil do Brasil adotou a abordagem CEM para a apuração do valor da exposição ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros de derivativos.

5.3. Risco de Mercado

Por Risco de Mercado, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para a Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

As parcelas exigidas para cobertura de risco de mercado são calculadas diariamente, com as posições do Conglomerado Prudencial, na data de referência. Ou seja, não se utilizam estimativas

de crescimento de volume, de modificações dos prazos ou das composições das carteiras. A integração das informações para o risco de mercado é dinâmica e captura as mudanças ocorridas no dia, indicando que a posição de fechamento do dia é a que será usada para os cálculos das carteiras de *Trading* e *Banking*.

Para grandes variações de preço, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento *hedge* para proteger as operações financeiras ao qual está exposto. A estratégia de hedge consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

5.3.1. Controle e Acompanhamento

A Instituição produz relatórios distintos para atender o perfil das áreas demandantes. Tais relatórios retratam todas as fontes relevantes de exposição de acordo com os fatores de risco associados e, também, de forma agregada. Ou seja, as operações são medidas, monitoradas e controladas por fator de risco e como essas posições se correlacionam entre si.

Além do acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, do cálculo do valor em risco *VaR* (*Value at Risk*), do EVE (*Economic Value of Equity*) e do NII (*Net Interest Income*) são realizados também testes de estresse de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

O modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente aos cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição. Outro ponto relevante é a sistemática validação da base de dados da Instituição, sendo aplicados pontos de controle para garantir a integridade das informações utilizadas.

5.3.2. Carteira *Trading*

Entende-se por Carteira Trading todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da Carteira *Trading*, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

Para as operações mantidas na Carteira *Trading*, a metodologia praticada para mensuração do Risco de Mercado baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e

condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

As exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada (RWA_{Cam}), de que trata a Resolução nº 4.193/2013 do CMN. A tabela MR1 detalha o montante dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado apurado mediante abordagem padronizada ($RWAM_{PAD}$).

Tabela MR1 - Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado:

R$ mil		a Mar-22 RWAMPAD	Dez-21 RWAMPAD	Mar-21 RWAMPAD
1	**Taxas de juros**	**2.472**	**363**	**974**
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real	2.472	325	963
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	-	39	11
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	-	-	-
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	-	-	-
2	**Preços de ações (RWAACS)**	**2.322**	**1.038**	**-**
3	**Taxas de câmbio (RWACAM)**	**108**	**1.616**	**3.202**
4	**Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)**	**-**	**-**	**-**
9	**Total**	**4.903**	**3.017**	**4.176**

O Mercantil do Brasil apresenta exposição, tradicionalmente, nas parcelas RWA Jur1 (prefixada) e RWA Cam (descasamento de moeda estrangeira). Já para a parcela RWA Jur2 (cupom de moeda estrangeira), a exposição está vinculada à estratégia da Tesouraria no mercado de futuros, especificamente em dólar.

5.3.3. Carteira *Banking*

São consideradas na carteira Banking todas as operações que representam fontes relevantes de risco de mercado e que não estejam classificadas na carteira de negociação. Consiste das operações estruturais (operações de tesouraria, de crédito, depósitos, captações externas, etc.) e derivativos não classificados como de negociação.

O IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) trata-se da parcela para cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na Carteira Banking, a qual pode ser calculada por duas métricas distintas, em conformidade com a regulamentação vigente.

A primeira métrica é o EVE (*Economic Value of Equity*), que consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Por último, calcula-se o NII (*Net Interest Income*), que se fundamenta na diferença entre o resultado de intermediação financeira, dos instrumentos financeiros em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de até 12 meses.

A seguir, as métricas de variação do valor econômico (ΔEVE) e de variação do resultado de intermediação financeira (ΔNII), de que trata a Circular nº 3.876, de 2018, para cada cenário padronizado de juros prescrito.

Tabela IRRBB1 - Informações quantitativas sobre o IRRBB:

	EVE		NII	
R$ mil	Mar-22	Mar-21	Mar-22	Mar-21
1 Cenário paralelo de alta	95.966	110.752	142.267	155.164
2 Cenário paralelo de baixa	-	-	-	-
3 Cenário de aumento das taxas de juros de CP				
4 Cenário de redução das taxas de juros de CP				
5 Cenário Steepener				
6 Cenário Flattener				
7 Variação Máxima	95.966	110.752	142.267	155.164

	Mar-22	Mar-21
8 Nível I do Patrimônio de Referencia (PR)	988.904	838.864

Para a métrica do EVE, o valor de risco mais relevante é representado pelas operações prefixadas, dado o grande volume de operações de crédito. Em contrapartida, as operações indexadas ao CDI são as mais representativas para o NII, em função do volume significativo dos depósitos a prazo.
Cabe destacar que o Mercantil do Brasil protege parcialmente a Carteira *Banking* contra oscilações das taxas de juros, via contratos de DI Futuro, os quais são vinculados ao *hedge accounting* ou *hedge* gerencial.

5.3.4. Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos existentes na Instituição, na sua grande maioria, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das captações externas e demais posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

Cabe pontuar, que devido às altas volatilidades do comportamento da taxa de câmbio, em especial no que tange à moeda norte-americana, a Instituição optou por proteger o descasamento em moeda estrangeira via mercado futuro.

Concomitantemente, o Mercantil do Brasil posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, que é utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade. Sendo possível reduzir, e em alguns casos até mesmo eliminar, a instabilidade do resultado contábil do exercício.

O total da exposição associada a instrumentos financeiros derivativos é apresentado na tabela a seguir.

Tabela OPD - Total da exposição associada a instrumentos financeiros derivativos:

R$ mil			Mar-22		Dez-21		Mar-21	
Carteira	Fator de Risco	Mercado	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Derivativos	Taxa de Juros	Bolsa	-	847.517	-	540.147	-	907.457
		Balcão	-	-	-	-	-	-
	Taxa de Câmbio	Bolsa	-	97	-	123.834	-	119.568
		Balcão	-	-	-	-	-	-
	Mini Indice Bovespa	Bolsa	1032	-	468	-	-	-
		Balcão	-	-	-	-	-	-
	Futuro de Cupom IPCA	Bolsa	-	183.117	-	9.213	-	-
		Balcão	-		-		-	-

Ressalta-se ainda, que o Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos. Adicionalmente, os procedimentos para proteção estão em consonância com as diretrizes definidas na Política Institucional de *Hedge*.

5.4. Risco de Liquidez

Por Risco de Liquidez, entende-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as

decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

O gerenciamento do risco de liquidez considera todas as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

Com foco de atuação voltado para o varejo, o Mercantil do Brasil tem como diretriz estratégica a pulverização da captação de recursos, originada pela rede de agências e pontos de atendimento, além dos canais eletrônicos disponíveis, tornando o perfil da carteira pulverizado, estável, de menor custo e menos suscetível à volatilidade. É parte das diretrizes comerciais o crescimento e manutenção, através de novas operações e renovações, das operações de captação, garantindo a autossuficiência do *funding* da carteira de ativos das unidades de negócio.

Com o objetivo de diversificação e redução dos custos de captação, novas fontes são constantemente inseridas ao portfólio do Mercantil do Brasil, sendo esta uma prática que garante menor dependência de fontes tradicionais, de acordo com as condições mercadológicas ou do cenário econômico vigente, em sinergia com as diretrizes estratégicas da Instituição.

5.4.1. Controle e Acompanhamento

Diariamente é feito o acompanhamento detalhado dos movimentos de entrada e saída das operações de crédito e depósitos, sendo estes últimos analisados também de acordo com a concentração (saldo do cliente), vencimentos, renovações, recompras e as novas captações. Além disso, há um monitoramento diário do saldo do Caixa e das principais variáveis que o compõe. Paralelamente, a Instituição realiza o controle do descasamento entre ativos e passivos, considerando os prazos das operações, moedas e indexadores.

O Mercantil do Brasil estabeleceu limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

Para compor os Ativos Líquidos consideram-se integralmente o valor dos títulos públicos livres, das operações compromissadas (posição bancada) e das disponibilidades e 75% da carteira de crédito passível de cessão e/ou elegível a garantia no FGC. Os fluxos de saídas consideram condições adversas que impliquem redução dos depósitos e captações; vencimentos de emissões de títulos e valores mobiliários; obrigações contratuais previstas para os próximos trinta dias; ajustes e chamadas de margens em operações com derivativos; utilização/saque de linhas de crédito e liquidez concedidas pelo Banco; e outras saídas de caixa previstas.

Já os fluxos de entrada para os próximos trinta dias correspondem à expectativa de recebimentos de empréstimos e financiamentos; de depósitos; de títulos e valores mobiliários (TVMs); e de ajustes e liberação de margens em operações com derivativos.

A Instituição realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados de operações de crédito, vencimentos e recompras de operações de depósitos e TVMs. A projeção do fluxo de caixa contempla também cenários de estresse de curto e longo prazo, idiossincráticos e sistêmicos, que permitem a simulação de potenciais adversidades que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

5.4.2. Comunicação Interna

No processo de gerenciamento de risco de liquidez, são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Fazem parte deste processo diversos instrumentos de análises que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Monitoramento diário dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática *intraday* dos relatórios de liquidez para a adequada gestão da Gerência de Tesouraria;

- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras das operações de crédito e depósitos;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez;
- Elaboração de relatórios complementares onde são apresentadas as concentrações das captações por tipo de produto, prazo e contraparte;
- Projeções mensais para a Alta Administração com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

5.4.3. Plano de Contingência de Liquidez

O grupo Mercantil do Brasil dispõe também de um Plano de Contingência de Liquidez, contendo as responsabilidades e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento em tempo hábil, considerando os potenciais problemas identificados como situações de estresse. Caso haja indicação de que os limites operacionais mínimos da Caixa serão extrapolados, o Plano de Contingência de Liquidez é acionado, demandando uma maior atenção das áreas responsáveis pelos níveis de solvência da Instituição.

5.5. Risco de Segurança Cibernética

Representado pela possibilidade de incidentes cibernéticos, incluindo, ataques, intrusões e vazamentos que possam comprometer a confidencialidade, a integridade e/ou a disponibilidade dos processos, ativos e/ou infraestrutura críticos da Instituição.

A estrutura de gerenciamento do risco de segurança cibernética tem como objetivo assegurar uma governança compatível com o porte, perfil de risco e modelo de negócio da Instituição, para que os ativos e infraestrutura crítica de TI sejam capazes de resistir a ataques cibernéticos. Tal estrutura é adotada de maneira corporativa e envolve diversas áreas da Instituição, que possuem atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente no controle e mitigação destes riscos, permitindo que sejam identificados, mensurados, tratados e comunicados, contribuindo para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

Para garantir o gerenciamento adequado do risco de segurança cibernética, que permita avaliar adequadamente os riscos e apoiar os gestores e a Alta Administração na tomada de decisão, a Organização está fundamentada nos pilares da Segurança da Informação e Cibernética:

- Confidencialidade: Garantia de que a informação não será acessada ou revelada a indivíduos, entidades ou processos não autorizados.
- Integridade: Garantia de que a informação não sofreu alteração indevida, assegurando a salvaguarda da exatidão e completeza da informação.
- Disponibilidade: Garantia de que a informação estará acessível aos colaboradores autorizados sempre que necessário.

5.5.1. Definição de Relevância

- Entende-se como informações relevantes, qualquer informação que contenha dados pessoais (informação relacionada a pessoa física ou jurídica identificada ou identificável) e/ou dados pessoais sensíveis (dado genético ou biométrico) de clientes de quaisquer empresas financeiras do grupo Mercantil do Brasil.
- Define-se como serviços relevantes, os serviços prestados por terceiros que armazenam ou processam dados relevantes.
- Classifica-se como incidente relevante, todo os incidentes que envolvem informações e/ou serviços relevantes.

5.5.2. Comunicação dos incidentes relevantes

Conforme determinado pela Resolução CMN no. 4.658, as empresas financeiras do Conglomerado Mercantil do Brasil devem comunicar ao Banco Central do Brasil a ocorrência de incidentes cibernéticos classificados como relevantes, bem como demais incidentes que o Comitê de TI possa entender como significativo de forma a afetar suas atividades em todo território nacional.

A deliberação e categorização dos incidentes deverá ser realizada pelo Comitê de TI através de atas, ocorrendo de forma extraordinária ou através das reuniões regulares.

A comunicação dos incidentes classificados como relevantes deve ser realizada através do SISCOM WEB disponibilizado pelo Banco Central do Brasil e será feita exclusivamente pelo Diretor responsável pela Segurança Cibernética, contemplando todas as informações existentes sobre o referido incidente.

5.5.3. Compartilhamento de informações sobre os incidentes relevantes

As iniciativas para compartilhamento de informações sobre os incidentes relevantes, são mencionados no inciso III do art. 20 da Resolução Banco Central do Brasil CMN nº 4.658/18, em que as empresas financeiras do grupo Mercantil do Brasil autorizadas a funcionar devem:

- Comunicar tempestivamente ao Banco Central do Brasil e as demais empresas do sistema financeiro nacional as ocorrências de incidentes relevantes e das interrupções dos serviços relevantes, que configurem uma situação de crise pela instituição financeira, bem como das providências para o reinício das suas atividades.

- O processo de registro, análise da causa, impacto e controles de incidentes relevantes é regida por procedimento específico que definem as ações próprias. Esse procedimento como título – "Plano de Resposta a Incidente de Segurança Cibernética", pode ser consultada na Política de Segurança da Informação.

- As informações antes de serem oficialmente compartilhadas, devem ser submetidas ao Diretor responsável pela Segurança Cibernética.

5.5.4. Controle e Acompanhamento

Para garantir a utilização adequada dos serviços oferecidos por terceiros às empresas do grupo Mercantil do Brasil, o Diretor responsável pela Segurança Cibernética e as demais áreas envolvidas se reservam ao direito de realizar auditorias internas e externas, bem como o monitoramento em todos os ativos e serviços de tecnologia da informação, em qualquer tempo, sem a necessidade de aviso prévio ao prestador.

Os mecanismos de acompanhamento e de controle serão realizados de forma automatizada sempre que possível, através de softwares especialistas com vistas a assegurar a implementação e a efetividade da Política de Segurança Cibernética, do Plano de Ação e de resposta a incidentes. O processo de monitoramento contínuo do ambiente irá garantir a manutenção dos controles para a identificação de vulnerabilidades quando da ocorrência de incidentes.

5.5.5. Comunicação Interna

Um dos pontos mais importantes para proteção da informação é a disseminação da cultura de Segurança Cibernética e da Informação e, por esse motivo, o Mercantil do Brasil implementa um programa de capacitação e avaliação, divulgando as políticas de segurança da informação a todos os seus colaboradores e também para o público em geral.

As abordagens deverão ser realizadas através de campanhas onde estão autorizados os formatos de *phishing*, *smishing*, *vishing*, *webinar*, vídeos de conscientização, apresentações, elaboração de materiais gráficos e dicas rápidas.

Para garantir a efetividade das campanhas, as mesmas devem desenvolver mecanismos capazes de mensurar: áreas mais vulneráveis; detalhamento das áreas e usuários que foram vítimas por campanha; top usuários reincidentes; detalhamento dos usuários que não concluíram com sucesso o treinamento; detalhamento dos usuários que não tiveram uma nota satisfatória no quiz; engajamento dos usuários em cada campanha de treinamento; informações detalhadas de cada campanha.

5.6. Risco de Inconformidade

Risco de inconformidade a possibilidade de a Instituição sofrer sanções legais ou administrativas, perdas financeiras, danos de reputação e outros prejuízos decorrentes de descumprimento ou falhas na observância do arcabouço legal, da regulamentação infra legal, das recomendações dos órgãos reguladores e dos códigos de autorregulação aplicáveis.

Além disso, tratar o risco de inconformidade é atuar no sentido de aperfeiçoar os processos, controles, sistemas e documentos da Instituição, por meio do envolvimento e atuação de todos, visando agregar valor ao negócio, bem como a melhoria contínua e a promoção de uma cultura corporativa de *compliance.*

5.6.1. Controle e Acompanhamento

O gerenciamento do risco de inconformidade no Mercantil do Brasil é realizado a partir do Programa de *Compliance* (ou “Programa de Integridade”), um sistema que interage com os processos de

negócios da Instituição. Esse Programa se estrutura a partir do ambiente regulatório em que o MB está inserido e com base em três princípios, sendo eles: **Prevenir, Detectar e Responder**.

Cada um desses princípios é composto por pilares fundamentais, conforme detalhados no diagrama e nos subitens abaixo, os quais envolvem pessoas, processos e sistemas com o objetivo de proteger a Instituição e tendo em vista, ainda, a melhoria contínua. A gestão e supervisão do Programa de *Compliance* do Mercantil do Brasil é de responsabilidade da estrutura de gerenciamento do risco de inconformidade. No entanto, a observância e o atendimento ao Programa de *Compliance* é responsabilidade de todos, sem distinção da função exercida, resultando em uma cultura corporativa de *compliance*.

Para garantir a adequada identificação de desvios relacionados aos temas de compliance, bem como a melhoria contínua do Programa ante às mudanças nos ambientes cultural e regulatório-legal em que a Instituição está inserida, o MB monitora continuamente o seu Programa, buscando controlar os riscos e aperfeiçoar seus elementos de prevenção, detecção e resposta, conforme abaixo:

- ✓ Reavaliação periódica de regras e procedimentos, especialmente por meio da revisão anual das Políticas de Compliance;
- ✓ Elaboração dos Relatórios de *Compliance*, por meio dos quais são reportados os resultados acerca da aplicação e do monitoramento periódico dos pilares do Programa de C*ompliance*;
- ✓ Controles de monitoramento específicos para os processos abrangidos em cada pilar do Programa, além do monitoramento geral dos pilares;
- ✓ Planos de Ação, criados durante a atuação da Gerência de PLD, *Compliance* e LGPD, para a regularização de desvios relacionados aos temas de C*ompliance*, bem como para aprimoramento dos elementos de prevenção e controle do Programa, visando a melhoria contínua da Instituição.

5.6.2. Comunicação Interna

Por meio deste pilar, o Mercantil do Brasil garante a disseminação da cultura e dos conceitos de *compliance,* buscando o alinhamento de todos aos valores estabelecidos pela Alta Administração. Assim, periodicamente são efetuados treinamentos e comunicações internas acerca das regras, diretrizes e procedimentos estabelecidos nos demais pilares do Programa, compostos por conteúdo de linguagem amigável e de fácil leitura, distribuídos em diversos canais, incluindo WhatsApp,

facilitando o acesso à informação. Esses são disponibilizados a todos colaboradores e, sempre que aplicável, aos terceiros da Instituição.

5.7. Risco de Privacidade

No Mercantil do Brasil, o risco de privacidade está associado à violação à proteção de dados por meio do acesso indevido a qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, assim como aos dados pessoais sensíveis, por qualquer parte não autorizada, que pode resultar na perda da confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade de informações.

Em um contexto de crescimento significativo de utilização de dados, e em atendimento aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, foi estabelecido internamente um Programa de Privacidade, abrangente e sólido, que contempla: estrutura de controles internos, governança, ferramentas e processos de monitoramento dos dados, fluxo de atendimento aos direitos dos titulares, relacionamento com órgãos regulamentares, segurança da informação e de acesso, comunicação interna e externa, treinamento e normatização.

O DPO da Instituição, nomeado pelo Conselho, é a Diretoria de Riscos e *Compliance*, que possui em sua estrutura um escritório de privacidade, responsável pelo Programa de Privacidade do MB, constituído por uma equipe multidisciplinar formada por representantes de três áreas: *Compliance*, Jurídico e Segurança da Informação, com papéis e responsabilidades distintas.

Todas as demandas internas ou externas são endereçadas ao Escritório de Privacidade, que avalia, atua e envolve demais áreas responsáveis por meio de processos estruturados e fluxos de atendimento, visando garantir, além da conformidade, os requisitos legais e mitigação de riscos, no desenvolvimento de produtos, processos e sistemas robustos.

A gestão da privacidade no MB está em constante evolução para refletir seus objetivos de negócio e novos cenários de vulnerabilidade.

5.8. Risco Operacional

Por Risco Operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Tal definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos

firmados pelo Mercantil do Brasil, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Com o intuito de envolver todos os colaboradores e garantir uma efetiva atuação, a estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

5.8.1. Processo de Gerenciamento

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta pelas etapas qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação dos riscos e controles, a avaliação dos riscos e controles e a criação de planos de ação, obrigatoriamente, para as exposições que extrapolem a tolerância definida pela Instituição. Já a etapa quantitativa, consiste na formação da base de perdas, tendo como objetivo registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao risco operacional no Mercantil do Brasil. A partir da avaliação das causas das perdas é possível estabelecer ações com o objetivo de reduzir as perdas operacionais. Ressalta-se que as etapas qualitativa e quantitativa são complementares e se retroalimentam.

No Conglomerado Prudencial Mercantil do Brasil estão disponíveis diversas ferramentas para a gestão do risco operacional: Teste de Avaliação dos Sistemas de Controle de Riscos Operacionais, Questionário RSA (*Risk Self Assessment*), Monitoramento de Incidentes internos e externos e ICRs - Indicadores Chave de Risco. Estes visam gerar informações e ações com o propósito de monitorar exposições a riscos críticos, maximizar a eficiência dos controles implementados e reduzir as perdas operacionais.

O Mercantil do Brasil possui procedimentos definidos e divulgados internamente para a gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gerenciamento é direcionado pelo risco envolvido na atividade. A metodologia abrange a segmentação dos terceiros relevantes por meio da classificação dos terceiros com base em risco, a contratação avaliando-se os critérios de decisão e riscos envolvidos, o monitoramento e o gerenciamento dos terceiros relevantes por meio de diversas métricas e o desligamento.

5.8.2. Metodologia de Mensuração

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RWAOPAD adota a metodologia de Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

5.8.3. Controle e Acompanhamento

Mensurados os riscos e conhecidas as exposições que extrapolem a tolerância a riscos da Instituição, os tipos de ação são adotados visando a redução do risco operacional a um nível aceitável. É importante ressaltar que para os riscos diagnosticados como alto é realizado o acompanhamento do desenvolvimento dos planos de ação.

O monitoramento do risco operacional é suportado por relatórios gerenciais trimestrais com o objetivo de suprir os gestores e a Alta Administração com informações que sinalizem os aspectos qualitativos e quantitativos da exposição ao risco operacional da Instituição. Eles permitem avaliar a possibilidade de ocorrência das perdas, o impacto resultante e os tipos de ação para a sua mitigação.

5.9. Gestão de Continuidade dos Negócios

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito da Gestão Integrada de Riscos, busca garantir a continuidade dos processos de negócios críticos à sobrevivência da Instituição em caso de crises que interrompam suas atividades. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos acionistas.

A partir da Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, o Mercantil do Brasil instituiu o processo de análise de impacto nos negócios, definiu as estratégias de contingência, com vistas a limitar os impactos de uma interrupção das atividades críticas; direcionou as equipes técnicas quanto à elaboração dos planos de continuidade; e ainda determinou a execução de testes de contingência que visem à asseguração da eficácia das ferramentas, bem como à orientação quanto à necessidade de atualização desses testes e planos.

Esse ciclo virtuoso permite manter a gestão de continuidade dos negócios em um processo de melhoria contínua.

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE CONTINGÊNCIA

Ressalta-se que os prestadores de serviços terceirizados considerados relevantes pela Instituição, no viés de Risco Operacional, possuem Planos de Contingência obrigatórios, sendo assegurados por meio de cláusulas contratuais e com acompanhamento realizado por meio dos Relatórios de Monitoramento Semestral dos Terceiros Relevantes.

O Mercantil do Brasil mantém permanente monitoramento do ambiente em que está inserido, o que permite um amadurecimento das estratégias e estudo de cenários de crise e, consequentemente, permanência do estado de prontidão para as situações adversas.

5.10. O Sistema de Controles Internos

O Sistema de Controles Internos no Conglomerado Mercantil do Brasil visa proporcionar segurança razoável na realização dos processos da Instituição a partir da implantação de controles internos adequados, gerando impacto positivo para o alcance dos objetivos estratégicos. Atua em favor da implementação de controles efetivos e consistentes com a natureza, complexidade, perfil de risco e modelo de negócios das operações do Conglomerado Mercantil do Brasil. As atividades de controle são definidas para todos os níveis de negócios da Instituição.

5.10.1. Metodologia Aplicada

Baseado nos direcionamentos e orientações do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* -, o *framework* para gestão do Sistema de Controles Internos consiste no estabelecimento de um processo contínuo, constituído de cinco componentes inter-relacionados: Ambiente de Controle; Avaliação e Gerenciamento de Riscos; Atividades de Controle; Informação e Comunicação; Monitoramento e Aperfeiçoamento.

A gestão do Sistema de Controles Internos contempla os seguintes macroprocessos:

a) Garantir relacionamento ético e íntegro dentro da instituição e com reguladores, autorreguladores, entidades de representação e auditores independentes, assegurando o atendimento adequado;

b) Garantir disseminação da cultura e temas de Controles Internos, apoiando a Alta Administração na definição de treinamento e capacitação adequada a todos os colaboradores e prestadores de serviços terceirizados relevantes;
c) Assegurar a existência de normativos internos, processos e procedimentos atualizados;
d) Monitorar as mudanças no ambiente externo e identificar aquelas que impactam a Instituição;
e) Mapear, avaliar e registrar os riscos relacionados às atividades da Instituição;
f) Monitorar a exposição aos riscos operacionais e testar os controles através das seguintes ferramentas: Questionário CSA (*Control Self Assessment*); Questionário RSA (*Risk Self Assessment*); Indicadores chaves de risco (ICRs) e testes de avaliação dos Sistemas de Controles de Riscos Operacionais. Além disso, há o monitoramento das ações originadas de recomendações geradas por diversas fontes, tais como: Auditoria Externa, Órgãos Supervisores, dentre outros;
g) Participar na avaliação de produtos e serviços;
h) Relatar os resultados da gestão do Sistema de Controles Internos.

5.11. Risco Socioambiental

De acordo com a Resolução n.º 4.327/2014, o Risco Socioambiental é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas institucionais decorrentes de danos socioambientais. Pelo potencial de dano, a gestão deste risco deve ser ampla, implicando na identificação, monitoramento, controle e mitigação de eventuais impactos socioambientais negativos gerados tanto pela atividade direta da Instituição, como pelas práticas de suas partes interessadas (tomadores de crédito, investidores, fornecedores, colaboradores). Dentro deste contexto, está implícito também o Risco Reputacional, decorrente da percepção de agentes sociais quanto à imagem do Mercantil do Brasil.

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária. Os passos previstos no Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração, conforme disposto na Resolução nº 4.327/2014 do CMN, foram concluídos ao final de 2017.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos

resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Além disso, tendo em vista o papel social desempenhado pelos bancos, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente, os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como a relação do Mercantil do Brasil com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis socioambientalmente.

5.11.1. Controle e Acompanhamento

O controle e o acompanhamento do Risco Socioambiental ocorrem, objetivamente, a partir da análise das bases de dados corporativas do Mercantil do Brasil, as quais contam com informações sobre a situação legal de todas as pessoas relacionadas à Instituição.

O Mercantil do Brasil monitora, principalmente, a possível contaminação do solo de imóveis urbanos dados como garantia e em processos de recuperação de crédito; a exposição de seus potenciais clientes na mídia, promove a categorização do risco das atividades econômicas dos clientes, a qual vai de A (maior exposição) até C (menor exposição), além de acompanhar os Clientes com restritivo externo Alerta Trabalhista por sentenças transitadas em julgado em função da submissão de trabalhadores em regimes de trabalho análogos à escravidão e Clientes com restritivo externo Alerta Ambiental por serem consideradas responsáveis pela recuperação de áreas contaminadas ou degradadas no estado de Minas Gerais.

Os procedimentos são integralizados, em sua maioria, ao processo de análise de crédito e os clientes com alta exposição ao risco socioambiental passam a ser tratados apenas por alçadas colegiadas de crédito. Ademais, o Mercantil do Brasil através da adoção de cláusulas de responsabilidade socioambiental em seus contratos com todas as partes relacionadas, permite não somente a mitigação ao risco socioambiental, como também assegura a efetiva contribuição do Mercantil do Brasil para a construção de uma rede de relações com maior justiça social.

5.12. Risco de Imagem e Reputação

Por Risco de Imagem e Reputação, entende-se como risco proveniente da percepção desfavorável da imagem do banco por seus clientes, contrapartes, acionistas ou órgãos reguladores. Em razão

dessa percepção, a capacidade do banco para estabelecer novas relações ou para atender às relações existentes é afetada de forma significativa, expondo o banco a possíveis perdas financeiras ou a um declínio em sua base de clientes.

No Mercantil do Brasil, há um conjunto de normas, processos e estruturas que fornecem a base para a condução de suas atividades, inclusive aquelas afetas ao relacionamento com clientes e usuários. Neste sentido, ressalta-se a existência de políticas institucionais, de processos de identificação e saneamento de deficiências e vulnerabilidades. Tais aspectos são reforçados, principalmente, pela publicação e divulgação de Atos Normativos e Manuais de Procedimentos com a descrição detalhada acerca de produtos, serviços e processos de atendimento a clientes, usuários, mídias sociais e demais *stakeholders*.

5.12.1. Controle e Acompanhamento

Para avaliar o grau de criticidade do Risco de Imagem e Reputação do Mercantil do Brasil e buscando a aderência dos processos internos ao perfil de riscos estabelecido pela Alta Administração, são utilizados indicadores de desempenho e de tendência que permitem monitorar a exposição ao risco.

Além disso, a Instituição dispõe de adequadas e eficazes estruturas de monitoramento e controle para todas as fases do relacionamento com clientes e usuários, compostas por comitês e estruturas de gestão de riscos e controles internos que contribuem para a avaliação e monitoramento de produtos, serviços e processos. Com isso, a Instituição busca garantir o adequado atendimento a clientes e usuários, bem como o alcance de seus objetivos estratégicos.

6. Anexos

Os anexos descritos abaixo estão disponíveis no site:

https://ri.mercantildobrasil.com.br/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/

Composição do Patrimônio de Referência e informações sobre a adequação do PR (Anexo 1) - Apresenta informações sobre a apuração do Patrimônio de Referência.

Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (Anexo 2) - Apresenta informações relativas a cada instrumento integrante do Patrimônio de Referência.

Balanços Patrimoniais (Anexo 3) - Apresenta o comparativo entre o balanço do Conglomerado Prudencial e o balanço publicado nas Demonstrações Contábeis Completas.